



THIAGO CRUZ/SECOM/ARQUIVO JUL/2013

Uma política para os museus

Claudia Porcellis Aristimunha*
Lígia Ketzner Fagundes**

O Museu Nacional, mais antiga instituição museal brasileira, criado em 1818, anterior inclusive à criação das universidades no Brasil, era desde 1946 um museu universitário. O incêndio ocorrido em dois de setembro em suas dependências colocou os museus, especialmente os universitários, na pauta de discussão.

Não nos interessa aqui fazer um lamentado sobre o que significou para o país o incêndio que consumiu boa parte do acervo e das pesquisas realizadas pelo Museu Nacional. Trata-se de um episódio que poderia ser evitado, pois há muitos anos os setores ligados ao patrimônio e à memória vinham denunciando a situação do prédio e a falta de verbas e apoio para mudar esse estado de coisas. Cabe, contudo, destacar como infelizmente apenas um sinistro, que causou comoção nacional e internacional, pôde gerar tantos olhares para o campo que esteve até agora abandonado e, por outro lado, como abriu espaço para oportunismos de toda ordem.

Devemos isto sim, lembrar aqui que a ligação dos museus com a universidade é muito antiga. As duas instituições nasceram com o sentido de promover a pesquisa e o estudo e estão envolvidas, desde suas origens, com o debate de ideias, com o pensamento crítico e com a produção e difusão de novos conhecimentos. A origem dos museus universitários nos remete ao século XVII, 1683, quando a doação da coleção de Elias Aschmole para a Universidade de Oxford inaugura aquele que é considerado o primeiro museu universitário, o Aschmoleum Museum.

Com tamanhos, acervos e trabalhos variados, os museus são presentes e atuantes em muitas universidades federais, estaduais e particulares. Estão localizados junto aos câmpus universitários ou descolados destes, envolvidos nas cidades. No geral,

aparecem dividindo ou disputando seus espaços, apresentando uma estrutura física adaptada ou totalmente inadequada para as atividades desenvolvidas. Uma grande parcela ainda está desconhecida dentro das próprias instituições que os abrigam, contando apenas com o trabalho dedicado de pesquisadores, docentes, discentes e técnicos. Apresentam uma imensa diversidade tanto em relação a temáticas quanto a aspectos regionais do conhecimento. Juntam-se a esse tema, de maneira importante e urgente para

“As universidades necessitam de uma política que englobe e envolva os museus, definindo sua atuação e inserindo-os em seu planejamento estratégico.”

uma discussão séria, as coleções universitárias, que não necessariamente estão abrigadas em museus institucionalizados.

Os museus universitários são caracterizados pela vinculação ao “princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, que está exposto no artigo 207 da nossa Constituição. Ou seja, para além das atribuições comuns a todos os museus, os universitários realizam e propiciam pesquisas acadêmicas, são espaços de ensino de disciplinas, cursos e estágios acadêmicos, atuam em diversos projetos de extensão e desenvolvem projetos educativos abrangentes voltados não só ao público acadêmico, mas também ao público externo. Em sua condição de bens culturais, devem ser protegidos e promovidos pelo Estado, sob a responsabilidade comum à União e a todos

os entes da federação, de acordo com o expresso textualmente na Constituição Federal, em seus artigos 23 e 215.

Já neste ponto nos deparamos com dilemas: as universidades estão subordinadas ao Ministério da Educação, que não possui nenhum programa orçamentário que destine verbas para os museus sob sua responsabilidade, assim como não possui nenhum controle acerca de quantas instituições e qual patrimônio cultural é administrado cotidianamente pelas universidades brasileiras, nem mesmo aquele pertencente às instituições federais. As universidades, por sua vez, não possuem, em sua maioria, políticas específicas de gestão de seus espaços museológicos e coleções, na medida em que não constituem suas atividades fins.

Em 2003, atendendo a antigas demandas do setor museológico nacional e fruto da atuação de importantes intelectuais e trabalhadores de museus, foi criado dentro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o Departamento de Museus. A partir daí, teve início a construção da Política Nacional de Museus (PNM), que foi inclusiva com todos as instituições museológicas do país, criou legislação, fomentou a modernização e criação de novos espaços, lançou prêmios, apostou na formação continuada dos trabalhadores da área e foi construída com a participação ativa de todo o setor museológico nacional. A partir de 2009 o Departamento de Museus vira o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), autarquia vinculada ao Ministério da Cultura responsável pelos museus federais ligados ao MinC e pela PNM para todos as instituições museais brasileiras.

Na UFRGS, desde 2011, foi instituída a REMAM – Rede de Museus e Acervos. Integrada atualmente por 29 espaços de memória e museus universitários que preservam em seus acervos uma parte da história da Universidade e do conhecimento científico. Como lugares de memória por excelência, são também espaços de pesquisa, lazer e fruição,

debates, resistências, discordâncias e aprendizagens.

Apesar do apoio por parte das gestões, especialmente a partir de 2011, que a área de preservação da memória e da história da Universidade vem recebendo, com os cortes orçamentários dos últimos anos não foi possível avançar em uma política para o setor. É fundamental enfrentar essa realidade e constituir via Ministério da Educação uma política que considere as coleções e os museus universitários no conjunto da educação, prevendo ações e orçamento específicos. As universidades, por sua vez, necessitam de uma política que englobe e envolva os museus, definindo sua atuação e inserindo-os em seu planejamento estratégico.

Não se pode acreditar que a criação de uma agência, a Abram, proposta na Medida Provisória 850/18, venha a resolver a situação que o Brasil enfrenta de falta de política pública para o campo do patrimônio. Não é aceitável que o Ibram um órgão fundamental para a memória e o patrimônio, construído coletiva e democraticamente, que atendia a uma demanda reprimida há várias décadas e que iniciou uma política específica de museus, seja apagado por uma decisão de gabinete às vésperas de uma troca de gestão e sem consulta ou discussão com os setores diretamente envolvidos.

O objeto dessa discussão tem proporções fundamentais para o desenvolvimento, a autonomia e a soberania do país. Merece ser tratado com responsabilidade e como política estratégica para o Brasil. E os museus universitários trazem para a discussão o compromisso das universidades com o processo de transformação da sociedade.

*Diretora do Museu da UFRGS, mestre em História Iberoamericana
**Historiadora do Museu da UFRGS, doutoranda em Museologia Social na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Lisboa